- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P_1
-- CONHECIMENTOS GERAIS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1-I

Referência em gestão fiscal, com superávit de R$ 6,4 bilhões em 2024 e mantendo a nota A+ na classificação máxima de capacidade de pagamento (CAPAG) do Tesouro Nacional pelo segundo ano consecutivo, o estado do Paraná demonstra que mesmo estados bem administrados não estão imunes aos efeitos macroeconômicos. Sua base tributável diversificada — agronegócio, indústria automotiva, energia, combustíveis, logística — também registra desaceleração, especialmente em segmentos sensíveis a juros, como veículos e materiais de construção. O que se pode inferir desse comportamento é que mesmo a gestão fiscal responsável não está imune a choques macroeconômicos, mas prepara o estado para atravessar períodos adversos com menor risco de desequilíbrio.

A experiência de estados como o Paraná, que consolidaram suas finanças públicas e alcançaram as melhores classificações de capacidade de pagamento, oferece lições importantes. A disciplina fiscal em períodos de abundância criou uma margem de segurança para o estado atravessar períodos de menor dinamismo sem rupturas. O controle rigoroso de gastos correntes preserva espaço fiscal para investimentos prioritários. A transparência na gestão orçamentária e o planejamento de longo prazo permitem a antecipação de cenários adversos e a implementação de ajustes graduais, evitando correções abruptas que comprometem a prestação de serviços públicos. Contudo, mesmo para estados bem-preparados, o cenário de 2026 exige postura cautelosa. O fim da fase de abundância não significa crise fiscal, mas demanda prudência nas decisões de gasto e foco na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas estaduais.

Internet: <fazenda.pr.gov.br> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG1A1-I,

Ⓐ uma das ações que possibilitou o alcance da disciplina fiscal no Paraná foi a adoção de uma política de captação de fundos e de cuidado com gastos, cujo objetivo era liberá-los para uso em ações prioritárias.
Ⓑ os efeitos macroeconômicos afetam todos os estados, inclusive os bem administrados, como o Paraná.
Ⓒ o Paraná, cuja economia é baseada em um leque amplo de atividades tributáveis, é o estado brasileiro mais bem preparado para momentos de desaceleração da economia.
Ⓓ por ter aprendido com os fatos do passado e, consequentemente, ter alcançado índices econômicos elevados, o Paraná, hoje, oferece lições importantes ao país.
Ⓔ o Paraná se apresenta como um estado financeiramente saudável em decorrência de seus índices econômicos estáveis.

Questão 2

No primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, predomina a tipologia textual

Ⓐ descritiva.
Ⓑ dissertativo-expositiva.
Ⓒ dissertativo-argumentativa.
Ⓓ injuntiva.
Ⓔ narrativa.

Questão 3

No primeiro período do primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, o termo "do Paraná", em "o estado do Paraná", desempenha a função sintática de

Ⓐ sujeito.
Ⓑ adjunto adnominal.
Ⓒ adjunto adverbial.
Ⓓ aposto.
Ⓔ complemento nominal.

Questão 4

Julgue os itens seguintes, relativos ao emprego da vírgula no texto CG1A1-I.

I Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a expressão "mesmo a gestão fiscal responsável" (último período do primeiro parágrafo) estivesse isolada entre vírgulas.

II A supressão da vírgula empregada após o termo "Paraná" (primeiro período do segundo parágrafo) manteria a correção gramatical do período, mas alteraria seu sentido.

III No quarto período do segundo parágrafo, a inserção de vírgula imediatamente depois do termo "abruptas" não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria o seu sentido original.

Assinale a opção correta.

Ⓐ Apenas o item I está certo.
Ⓑ Apenas o item III está certo.
Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
Ⓔ Todos os itens estão certos.

Texto CG1A1-II

O ser humano é um paradoxo. Nós somos um paradoxo porque somos animais capazes de refletir sobre o tempo e entender que temos uma dimensão finita neste planeta. Nós somos criaturas que nascemos, crescemos e, finalmente, morremos. Mas também somos capazes de ver um ciclo no qual a própria natureza repete essa ordem. Toda forma de vida repete essa fórmula: nascer, crescer e, finalmente, morrer, ou seja, existe um ponto de criação e de destruição no universo e nós somos partes desse ciclo. Portanto, uma das grandes indagações do espírito humano é tentar compreender de onde nós viemos: por que nós estamos aqui? Qual é o sentido da nossa existência? Nós somos os únicos animais capazes de formular esse tipo de pergunta.

Uma das lições que aprendemos com a ciência moderna, que julgo ser essencial, porém pouco discutida, é a da exclusividade do ser humano no universo. Dito isto, posso assegurar que não há outro ser humano no universo, ou seja, é impossível que, entre a vasta existência dos planetas que existem no universo, possa ter havido outro planeta que tenha tido uma evolução e uma história similar à do planeta Terra — com mais de 4,5 bilhões de anos — e que tenha forjado a emergência de outra espécie primata semelhante à nossa. Desta forma, aquilo a que me refiro é algo muito importante, isto é, apenas a nossa espécie existe como ser humano. Ainda que haja outros seres extraterrestres bípedes e com uma simetria bilateral, eles não serão humanos, eles serão diferentes, porque a história da vida, em cada planeta, reflete a história da vida daquele planeta.

Marcelo Gleiser. *In*: **À escuta do infinito**: estamos mais perto de Deus? Um encontro entre Marcelo Gleiser e Gianfranco Ravasi. Coordenador: Fabiano Incerti. Tradução: Natan Marinho Junior. Curitiba: PUCPRESS, 2018, p. 15-16 (com adaptações).

Questão 5

De acordo com as ideias veiculadas no texto CG1A1-II, o ser humano é um paradoxo porque é capaz de

- **A** reconhecer-se como animal e fazer indagações complexas.
- **B** ter consciência de que, embora único, faz parte de um universo maior.
- **C** ter consciência de sua inconstância e enxergar a constância nas formas de vida do planeta.
- **D** refletir sobre o tempo e entender a finitude da vida.
- **E** testemunhar o ciclo da existência de si mesmo e de outras espécies.

Questão 6

Consoante as ideias expressas no segundo parágrafo do texto CG1A1-II,

- **A** é garantido que nenhum outro planeta além da Terra apresenta formas de vida.
- **B** a ciência moderna furta-se à discussão da exclusividade do ser humano no universo.
- **C** a história da vida está relacionada ao processo evolutivo do planeta onde ela ocorre.
- **D** é ínfima a possibilidade de outros planetas terem evolução e história como as da Terra.
- **E** existem extraterrestres bípedes e com simetria bilateral, mas eles são diferentes do ser humano.

Questão 7

Julgue os itens que se seguem, referentes a relações de concordância estabelecidas no texto CG1A1-II.

I No terceiro período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal "nascemos" na primeira pessoa do plural deve-se à concordância dessa forma verbal com o sujeito oculto da oração, cujo referente é "Nós".

II A substituição da forma verbal "existem" (segundo período do segundo parágrafo) pela forma verbal **há** manteria a correção gramatical do texto.

III Estaria preservada a correção gramatical do segundo período do segundo parágrafo caso se substituísse "similar à do planeta Terra" por **similares às do planeta Terra**.

Assinale a opção correta.

- **A** Nenhum item está certo.
- **B** Apenas o item I está certo.
- **C** Apenas o item III está certo.
- **D** Apenas os itens I e II estão certos.
- **E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 8

Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1-II, a oração "no qual a própria natureza repete essa ordem" (quarto período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrita como

- **A** cuja própria natureza repete essa ordem.
- **B** quando a própria natureza repete essa ordem.
- **C** que a própria natureza repete essa ordem.
- **D** em que a própria natureza repete essa ordem.
- **E** pelo qual a própria natureza repete essa ordem.

Texto CG1A1-III

1976: esse foi o ano do surgimento do termo *meme*, com o biólogo Richard Dawkins, numa obra que tratava majoritariamente de uma perspectiva evolucionista dos genes. O argumento central é o de que os seres vivos são máquinas de sobrevivência para replicadores biológicos — os genes —, mas é possível que haja outros tipos de replicadores, o que leva a outros tipos de evolução, como a que acontece nas culturas humanas. É sob a égide desse pensamento que se propõe a existência de um replicador cultural, o que permite que as culturas evoluam.

Meme, segundo o autor, é entendido como uma unidade de transmissão cultural, ou unidade de imitação. São ideias que também são replicadas de tempos em tempos, e ele tem três características de replicadores: a longevidade, a fecundidade e a fidelidade da cópia. A longevidade diz respeito ao tempo em que um *meme* ficará disponível numa cultura; a fecundidade é a sua habilidade de gerar cópias; e a fidelidade da cópia é a capacidade de o *meme* gerar cópias com a maior semelhança possível consigo, o original.

Vicente de Lima-Neto. **Meme é gênero**? Questionamentos sobre o estatuto genérico do meme. *In*: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 59(3), 2020, p. 2.251 (com adaptações).

Questão 9

No último período do primeiro parágrafo do texto CG1A1-III, o vocábulo "se", na oração "que se propõe a existência de um replicador cultural", classifica-se como

- **A** índice de indeterminação do sujeito.
- **B** pronome expletivo.
- **C** pronome apassivador.
- **D** complemento verbal.
- **E** parte integrante do verbo.

Questão 10

Assinale a opção em que é apresentado um pronome que atua tanto na coesão referencial quanto na coesão sequencial do texto CG1A1-III.

- **A** "consigo" (terceiro período do segundo parágrafo)
- **B** "esse" (primeiro período do primeiro parágrafo)
- **C** "que" (segundo período do segundo parágrafo)
- **D** "sua" (terceiro período do segundo parágrafo)
- **E** "outros" (segundo período do primeiro parágrafo)

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 11

"A licença paternidade é uma importante política de cuidado, que tem o papel de corresponsabilizar dentro do lar, ou seja, de dividir melhor o trabalho entre pais e mães", disse Luiza Nassif Pires, professora do Instituto de Economia da Unicamp.

Internet: <www.bbc.com/portuguese> (com adaptações).

Previsto no art. 7.º, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988, o direito fundamental à licença paternidade

- **A** é extensível aos servidores públicos, desde que haja lei infraconstitucional regulamentadora.
- **B** está previsto em dispositivo constitucional autoaplicável no que se refere à duração da licença.
- **C** não pode ser utilizado como parâmetro no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade.
- **D** está previsto em norma constitucional classificada como de eficácia contida, em razão de sua aplicabilidade.
- **E** constitui direito fundamental individual, uma vez que pode ser individualizado e fruído por indivíduos concretamente identificados.

Questão 12

Em março de 2025, o Poder Legislativo de determinado município editou lei que vedava a vacinação compulsória contra dengue em seu território. Esta norma foi sancionada pelo Poder Executivo municipal em abril de 2025 e entrou em vigor na data da sua publicação, ocorrida no mesmo mês de sua sanção.

Considerando a situação hipotética precedente e o entendimento jurisprudencial do STF, é correto afirmar que a lei municipal em apreço

- **A** é constitucional, pois a vacinação compulsória viola o princípio da autonomia da vontade e da liberdade individual, cabendo ao município proteger esses direitos fundamentais de seus cidadãos.
- **B** não pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade perante o STF.
- **C** é inconstitucional, uma vez que viola o dever estatal de proteção à saúde da população.
- **D** é, apesar de tratar de matéria de iniciativa privativa do prefeito, constitucional, porque a sanção sana o vício do processo legislativo e supre a falta da iniciativa correta.
- **E** é constitucional, pois o município possui competência legislativa plena para dispor sobre vacinação em seu território, uma vez que este assunto é de interesse local.

Questão 13

Em nosso país, a Constituição Federal diz que a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e derivados, vedado todo tipo de comercialização (art. 199, § 4.º). A permissão legal para a disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou depois da morte, com a finalidade de transplantes e tratamentos está na Lei n.º 9.434/1997, conhecida como Lei dos Transplantes, e no Decreto n.º 9.175/2017.

Internet: <www.tjdft.jus.br> (com adaptações).

Acerca da disciplina constitucional relativa à remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como à coleta, ao processamento e à transfusão de sangue e seus derivados, assinale a opção correta.

- **A** É proibido o pagamento de despesas de transporte e alimentação ao doador de órgãos ou sangue, uma vez que qualquer forma de compensação financeira caracteriza comercialização vedada constitucionalmente.
- **B** É inconstitucional lei de biossegurança que permita a realização de pesquisa com células-tronco embrionárias humanas para fins terapêuticos, por violação ao direito fundamental à vida.
- **C** É inconstitucional lei estadual que garanta meia-entrada aos doadores regulares de sangue, por violação à vedação constitucional de comercialização de sangue.
- **D** Caso não haja norma regulamentadora acerca do transplante de determinada substância humana, será cabível mandado de injunção individual com o objetivo de viabilizar o procedimento.
- **E** A proteção à pesquisa científica com substâncias humanas não se confunde com o direito fundamental à saúde, razão pela qual a ausência de regulamentação sobre o tema não pode ser objeto de mandado de injunção.

Questão 14

Omissões da legislação, abusos de autoridade do Poder Judiciário e a falta de garantia para direitos não regulamentados não são males sem cura. Muitas vezes a solução para esses problemas estão nos chamados remédios constitucionais.

Internet: <oab-sc.org.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta acerca dos remédios constitucionais.

- **A** Em razão da subsidiariedade, não é cabível mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo ao acesso a informação de interesse coletivo constante de banco de dados público.
- **B** Presentes os requisitos para sua atuação constitucional, o Ministério Público possui legitimidade para impetração de mandado de injunção, mandado de segurança e *habeas corpus* coletivos.
- **C** A ocorrência do parto durante o julgamento de *habeas corpus* que vise a autorizar paciente a realizar aborto não implica a perda de objeto do *writ*.
- **D** A petição inicial de mandado de segurança deve ser acompanhada de todas as provas documentais necessárias à configuração do direito líquido, não sendo admitido pedido de exibição de documentos no curso do *writ*.
- **E** O *habeas data* é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

Questão 15

No contexto brasileiro, a organização da administração pública refere-se à estrutura que o Estado adota para prestar serviços públicos, como saúde, educação e segurança. Em relação aos princípios e à organização da administração pública, bem como à sua desconcentração e descentralização, assinale a opção correta.

- **A** Em observância ao princípio da legalidade, é dado à administração pública o poder de fazer ou deixar de fazer algo, salvo em virtude de lei.
- **B** Entre os princípios implícitos da administração pública está o princípio da eficiência, que corresponde à garantia de um serviço de qualidade, independentemente do custo de recursos humanos e financeiros.
- **C** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por ato administrativo após autorização legislativa.
- **D** A criação de autarquia é exemplo de desconcentração da administração pública.
- **E** As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado pertencentes à administração pública indireta.

Questão 16

Atos administrativos de demarcação são fruto incontestável da luta permanente dos povos indígenas

O governo federal publicou um conjunto de decretos e de portarias que avançam nos processos de demarcação de vinte (20) territórios indígenas no país. O presidente da República assinou a homologação de quatro territórios indígenas; o ministro da Justiça e Segurança Pública assinou as portarias declaratórias de dez territórios indígenas; a presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas assinou os relatórios de identificação e delimitação de seis territórios indígenas. Cada um desses atos administrativos corresponde a diferentes fases do procedimento de demarcação de terras indígenas regulamentado.

Internet: <ihu.unisinos.br/> (com adaptações).

Considerando o texto anterior e sabendo que atos administrativos são manifestações unilaterais de vontade da administração pública, assinale a opção correta acerca dos atos administrativos.

- **A** Há possibilidade de anulação de ato administrativo válido por conveniência e oportunidade da administração pública.
- **B** A cassação é a extinção do ato administrativo realizado em desconformidade com a lei, razão pela qual produz efeitos retroativos.
- **C** A convalidação é a declaração de nulidade do ato administrativo com efeitos prospectivos, haja vista a necessidade de segurança jurídica da relações constituídas durante a vigência do ato.
- **D** A validade do ato administrativo, quando motivado, se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, ainda que a lei não exija a motivação do ato.
- **E** O Poder Judiciário não pode analisar a validade de ato discricionário.

Questão 17

"Considerando que a administração pública atua, sempre, no interesse da coletividade, os poderes administrativos são mais que meras faculdades, caracterizam-se, na verdade como dever."

Internet: <semanaacademica.org.br> (com adaptações).

Tendo a afirmação acima como referência inicial, assinale a opção em que é apresentado o poder da administração pública por meio do qual o Estado limita o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.

- **A** poder hierárquico
- **B** poder disciplinar
- **C** poder de polícia
- **D** poder regulamentar
- **E** poder normativo

Questão 18

A Lei de Licitações no Brasil evoluiu de normas imperiais (Decreto n.º 2.926/1862), até a consolidada Lei n.º 8.666/1993, que unificou regras, estabelecendo princípios como isonomia e seleção da proposta mais vantajosa. Tal lei foi substituída pela moderna Lei n.º 14.133, em 2021.

Acerca das licitações e dos contratos administrativos, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- **A** O atraso na liberação de áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa constitui motivo para a extinção do contrato administrativo.
- **B** É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de publicidade com profissionais ou empresas de notória especialização.
- **C** Ocorre dispensa de licitação quando inviável a competição.
- **D** Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento deve ser o de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- **E** No procedimento licitatório, a habilitação deve vir antes do julgamento, a fim de propiciar a participação apenas daqueles que têm condições técnicas para a futura realização do contrato.

Espaço livre

Questão 19

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre vários aspectos do direito à liberdade infanto-juvenil, sendo o primeiro deles referente à liberdade de locomoção, ou seja, à liberdade de "ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais".

Fabiana Maria Lôbo da Silva. **As medidas restritivas da liberdade de locomoção das crianças e dos adolescentes**. *In*: **Revista Jurídica do Ministério Público**, v. 1, n.º 1, 2007. p. 49-69 (com adaptações).

Acerca do direito de locomoção da criança e do adolescente, assinale a opção correta conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **A** O adolescente menor de 16 anos de idade somente pode viajar para o exterior desacompanhado dos pais ou responsáveis mediante autorização judicial, exceto caso esteja na companhia de ascendente colateral ou maior, comprovado documentalmente o parentesco.
- **B** A autorização judicial para que o adolescente de 14 anos de idade viaje desacompanhado dos pais ou responsáveis não é exigida caso o destino da viagem seja uma comarca contígua à de sua residência, ainda que em outra unidade da Federação.
- **C** Não é exigida autorização judicial para que criança brasileira saia do Brasil na companhia de um dos pais, se a saída estiver autorizada expressamente pelo outro em documento com firma reconhecida.
- **D** O adolescente de 16 anos de idade pode viajar desacompanhado para outro país sem autorização judicial ou de seus genitores ou responsável legal, desde que comprove a cidadania brasileira e a residência no Brasil.
- **E** Não é exigida autorização judicial ou autorização de ao menos um dos genitores ou do responsável legal para que a criança viaje para outra unidade da Federação acompanhada de professor da rede pública de ensino em horário escolar.

Questão 20

Dados da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça mostram que, a cada dia, são registrados em torno de 200 casos de violência contra crianças no Brasil. Quem comete esses crimes está sujeito a punições previstas em lei.

Internet: <cnj.jus.br> (com adaptações).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que apresenta conduta que constitui crime contra a criança ou o adolescente.

- **A** vender ou locar para criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente
- **B** médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento que envolvam suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente
- **C** médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde da gestante deixar de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar o filho para adoção
- **D** médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde da gestante deixar de proceder a exames para diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido
- **E** hospedar, em hotel, pensão, motel ou congênere, criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsáveis, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 21

Parte expressiva da doutrina nacional compreende a natureza jurídica das imunidades como vedação constitucional à instituição de tributos que recaiam sobre determinadas situações definidas constitucionalmente, ou seja, as normas referentes a imunidades tributárias são regras que impõem a incompetência das pessoas políticas para a instituição de tributos que alcancem certas situações.

Marcus Vinicius Lima Franco. **Imunidade tributária**: um instituto jurídico constitucional. *In*: **Revista do Tribunal Regional Federal 1.ª Região**, Brasília, v. 15, n.º 1, jan./2003, p. 42-48 (com adaptações).

Assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF acerca das imunidades tributárias.

- **A** A imunidade tributária recíproca, assegurada pela Constituição Federal aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos da lei, alcança a incidência do IOF, inclusive sobre aplicações financeiras.
- **B** Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando ela não age em regime de monopólio, não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- **C** A circunstância de a pessoa jurídica gozar da imunidade tributária afasta a exigibilidade de manutenção dos livros fiscais.
- **D** A imunidade tributária das entidades religiosas não alcança os impostos incidentes nas operações de importação, dada a posição de contribuinte por elas ocupada.
- **E** A imunidade tributária recíproca alcança as sociedades de economia mistas que prestam serviços públicos, ainda que tenham participação acionária negociada em bolsas de valores.

Questão 22

A repartição de competências (legislativas, administrativas e tributárias) entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios constitui o fulcro do Estado federal. Nesse diapasão, temos que o poder tributário é uma das competências partilhadas, ou seja, o poder de instituir e cobrar tributos é dividido entre os entes políticos da Federação, e essa divisão é talvez a mais importante delas porque visa garantir a autonomia financeira desses entes.

Luana de Oliveira Andrade. **A repartição das receitas tributárias**. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos ao perfil constitucional da repartição de receitas tributárias.

I Segundo entendimento do STF, os benefícios fiscais que, concedidos pelo ente federado repartidor de receitas tributárias, reduzam o montante do valor final arrecadado não podem implicar diminuição do repasse em relação aos entes menores, que deverão ser compensados.

II Os municípios possuem direito à parte do produto da arrecadação do IBS distribuída aos estados.

III Parte da parcela da arrecadação do IPI que os estados receberem da União deverá ser destinada aos municípios.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas o item I está certo.
- **B** Apenas o item II está certo.
- **C** Apenas os itens I e III estão certos.
- **D** Apenas os itens II e III estão certos.
- **E** Todos os itens estão certos.

Questão 23

Particularmente, a expressão crédito tributário designa o direito de crédito da fazenda pública oriundo de uma obrigação tributária. Dada a importância da tributação para a obtenção de receitas públicas nos Estados contemporâneos, o crédito tributário normalmente se faz acompanhar de privilégios concedidos ao ente público, para que este tenha precedência em relação a outros credores.

Internet: <enciclopediajuridica.pucsp.br> (com adaptações).

De acordo com o CTN, a moratória e a remissão são hipóteses de

- **A** suspensão e extinção do crédito tributário, respectivamente.
- **B** extinção do crédito tributário.
- **C** suspensão e exclusão do crédito tributário, respectivamente.
- **D** extinção e exclusão do crédito tributário, respectivamente.
- **E** exclusão do crédito tributário.

Questão 24

A expressão tributos em espécie refere-se às cinco categorias principais de tributos no Brasil: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais (sociais, de intervenção no domínio econômico e profissionais), conforme a teoria pentapartida aceita pelo STF.

Em relação aos tributos em espécie, assinale a opção correta.

- **A** O ISS é tributo não cumulativo, de modo que, em cada operação, o tributo devido em decorrência da prestação de serviços é compensado com o montante cobrado nas anteriores.
- **B** O ICMS que incidir uma única vez nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo deverá ser recolhido para o estado onde ocorrer o consumo.
- **C** Os estados e o Distrito Federal podem instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- **D** As alíquotas do IOF, do ISS, do IPI e do ICMS podem ser majoradas por meio de ato infralegal a ser editado pelo Poder Executivo.
- **E** Apenas a União e os estados podem instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.

Questão 25

O debate acerca das diversas formas de atribuição de responsabilidade em matéria tributária é relevante e complexo, na medida em que envolve concomitantemente o exercício do poder de tributar do Estado e, de modo antagônico, a necessidade de preservação do patrimônio do contribuinte ou do responsável pelo pagamento. Esse antagonismo é sobrelevado se compreendido que, nos últimos anos, as demandas e esforços empresariais se acentuaram de acordo com a atualização do Sistema Tributário Nacional.

Nilton Kiyoshi Kurachi. **A responsabilidade tributária de empresas que compõem o mesmo grupo econômico à luz do artigo 124 do CTN**. *In*: **Revista da PGE/MS**, edição n.º 15, p. 168-179.

No que diz respeito aos aspectos atinentes à responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- **A** No caso de alienação judicial de estabelecimento comercial, no âmbito de processo de falência, a empresa adquirente responderá pelos tributos devidos pela falida.
- **B** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio responde, integralmente, pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido.
- **C** Admite-se, por meio de ato infralegal, atribuir a terceira pessoa a responsabilidade pelo crédito tributário vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo-se a responsabilidade do contribuinte.
- **D** A responsabilidade do inventariante pelos tributos devidos pelo espólio é solidária, sem benefício de ordem.
- **E** A responsabilidade por infrações da legislação tributária, via de regra, independe da efetividade e da extensão dos efeitos do ato.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questão 26

Suponha que 4 agentes fazendários estaduais, trabalhando 6 horas por dia, fiscalizem 40 empresas em 8 dias. Considerando essa situação hipotética e que a eficiência de trabalho seja mantida, assinale a opção na qual é apresentado o intervalo que contém o número de horas diárias de trabalho (h) necessárias para que 6 agentes, trabalhando por 7 dias, fiscalizem 56 empresas.

- **A** $4 \leq h \leq 5$
- **B** $5 \leq h \leq 6$
- **C** $6 \leq h \leq 7$
- **D** $7 \leq h \leq 8$
- **E** $8 \leq h \leq 9$

Questão 27

Ao analisar um grupo de 180 empresas contribuintes de ICMS em determinado município, um agente fazendário verificou que, no último trimestre, 120 empresas declararam vendas interestaduais (conjunto V) e 80 empresas solicitaram restituição de ICMS (conjunto R).

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta o maior número possível de empresas pertencentes ao complemento da união de V e R no grupo analisado.

- **A** 40
- **B** 60
- **C** 80
- **D** 120
- **E** 200

Espaço livre

Texto CG1A6

P: "Se sou livre, faço o que não quero."

Questão 28

Considerando o texto CG1A6, assinale a opção que apresenta o número de linhas da tabela-verdade associada à proposição *P*.

Ⓐ 4
Ⓑ 8
Ⓒ 16
Ⓓ 32
Ⓔ 64

Questão 29

Assinale a opção em que é corretamente indicada a negação da proposição *P* apresentada no texto CG1A6.

Ⓐ Sou livre, mas não faço o que não quero.
Ⓑ Se não sou livre, não faço o que não quero.
Ⓒ Se não faço o que não quero, não sou livre.
Ⓓ Sou livre ou não faço o que não quero.
Ⓔ Se não sou livre, faço o que quero.

Questão 30

Ao analisar a arrecadação mensal de determinado tributo ao longo de alguns anos em termos reais, isto é, desconsiderando a inflação do período, certo agente fazendário percebeu um efeito sazonal, que provocava quedas em certas épocas do ano e altas em outras, sempre oscilando em torno de um valor médio.

Considerando-se essa situação hipotética e indicando-se por $A(t)$ o valor total arrecadado, em milhões de reais, no mês t, $(1 \leq t \leq 12)$, é correto afirmar que a função que descreve com maior acurácia o fenômeno descrito, para determinado ano específico, é

Ⓐ $A(t) = 60\, e^{3t}$.
Ⓑ $A(t) = 130 + 20 \text{ sen } (\pi/6\ t + 2)$.
Ⓒ $A(t) = 30 \log (3t - 1)$.
Ⓓ $A(t) = 70 + 8t$.
Ⓔ $A(t) = 150 - 20t + 3t^2$.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Questão 31

Diferença entre o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI)

O SFH obedece a regras do governo federal, como, por exemplo, o preço máximo da avaliação do imóvel de R$1.500.000,00 e a taxa de juros, máxima de 12% a.a + TR. Já no SFI, não há limite determinado, as condições são livremente negociadas entre você e o banco.

Internet: <bcb.gov.br> (com adaptações).

O sistema de amortização francês poderia ser um dos sistemas de amortização utilizados no SFH ou no SFI, por exemplo. No sistema de amortização francês,

Ⓐ as prestações têm valor constante, de modo que os juros e a amortização também permanecem constantes ao longo do tempo.
Ⓑ a amortização em cada parcela permanece constante durante todo o período de pagamento.
Ⓒ o valor de cada prestação diminui com o tempo em decorrência da redução do saldo devedor.
Ⓓ os juros são calculados sempre sobre o valor inicial do empréstimo, sendo fixos em todas as prestações.
Ⓔ as prestações são fixas, sendo decrescente a parcela de juros em cada prestação e crescente a parcela de amortização em cada prestação.

Questão 32

Uma empresa dispõe de R$ 3.000.000 para cobrir as despesas de um projeto, planejado para ser executado em 20 meses. A execução do projeto foi iniciada contando-se com 15 colaboradores, cada um recebendo um salário de R$ 10.000 por mês. Após 5 meses do início do projeto, a empresa contratou mais 10 novos colaboradores para auxiliar na execução do projeto, mantendo o mesmo custo mensal por pessoa.

Com base na situação hipotética apresentada, considerando-se que não haja nenhum aporte por parte da empresa no projeto e que o planejamento de 20 meses seja obedecido, é correto concluir que os recursos restantes, após decorridos os 5 meses do início do projeto, serão suficientes para cobrir as despesas de todos os 25 funcionários por mais

Ⓐ 9 meses.
Ⓑ 10 meses.
Ⓒ 12 meses.
Ⓓ 14 meses.
Ⓔ 15 meses.

Questão 33

Suponha que, em um ambiente inflacionário, um investimento tenha rendido a uma taxa nominal de 21% ao ano. Nessa situação, caso a taxa real de juros no período de um ano tenha sido de 10%, é correto afirmar que a taxa de inflação nesse mesmo período foi igual a

Ⓐ 10%.
Ⓑ 33,1%.
Ⓒ 12,1%.
Ⓓ 11%.
Ⓔ 31%.

Espaço livre

Questão 34

Um agricultor será pago por uma colheita de forma parcelada durante 8 meses. No primeiro mês, ele receberá R$ 1.200 reais e, nos demais meses, os pagamentos serão corrigidos, em relação ao valor pago no mês anterior, com uma taxa de juros de 5% ao mês, com capitalização composta.

Na situação hipotética precedente, o valor total recebido pelo agricultor será igual a

- **A** R$ 10.020.
- **B** R$ $24.000(1{,}05^9-1)$.
- **C** R$ $24.000(1{,}05^8-1)$.
- **D** R$ 11.280.
- **E** R$ 10.080.

Questão 35

Considere que um projeto de investimento exija um desembolso inicial de R$ 100.342 e gere duas receitas iguais, que ocorrem ao final do segundo ano e ao final do quarto ano. Nesse caso, se a taxa interna de retorno for de 20% ao biênio, o valor de cada receita bianual será igual a

- **A** R$ 50.171,00.
- **B** R$ 60.205,40.
- **C** R$ 65.678,40.
- **D** R$ 66.225,82.
- **E** R$ 72.246,24.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 36

Os modelos presentes na administração pública brasileira são classificados como: patrimonialista, burocrático, gerencialista e societal. Esses modelos representam cada qual um determinado período histórico. No entanto, tem sido debatido que não houve uma sobreposição exclusiva dos novos modelos sobre os anteriores, de modo que características de todos os modelos podem ser encontradas na administração pública atual.

Alexandre M. Drumond et al. Internet: <scielo.br> (com adaptações).

A respeito dos modelos de administração pública no Brasil, assinale a opção correta.

- **A** Os três modelos de administração pública — patrimonialista, burocrático e gerencial — são sucessivos no tempo, tendo o modelo mais recente substituído e suprimido todos os aspectos dos modelos precedentes.
- **B** A administração pública gerencial representou uma ruptura total com o modelo burocrático, tendo descartado todos os princípios deste, inclusive a constituição de um sistema estruturado de remuneração.
- **C** Diferentemente da administração pública burocrática, a administração pública gerencial caracteriza-se pela rigorosa profissionalização e pela ênfase no controle concentrado dos processos.
- **D** A administração pública burocrática, embora tenha promovido efetividade no controle de abusos, revelou-se autorreferenciada e ineficiente no atendimento à sociedade.
- **E** A administração pública patrimonialista surgiu no século XIX como forma de defender a *res publicae* e combater a corrupção e o nepotismo, identificando-se com a noção de poder racional-legal.

Questão 37

Transparência e *accountability* são princípios fundamentais nas democracias contemporâneas. No Brasil, a partir do processo de democratização dos anos 80, os mecanismos de fiscalização dos atos de gestão pública têm ficado mais robustos e eficazes, com o aprofundamento da *accountability*.

Internet: <br.lexlatin.com> (com adaptações).

Considerando as características referentes à transparência e à *accountability* no contexto da administração pública, assinale a opção correta.

- **A** Em processos de compras e contratações na administração pública, a *accountability* fica centralizada no agente de contratação, o que desobriga a alta administração de responsabilizar-se pela governança e gestão de riscos desses processos.
- **B** A transparência consiste no ato de arcar com as consequências de ações e decisões, devendo anteceder a divulgação de informações.
- **C** A transparência é um princípio que se limita à divulgação de informações exigidas por lei, sendo suficiente para garantir a responsabilização dos agentes públicos.
- **D** A *accountability* é um princípio que antecede a transparência, visto que a responsabilização deve ser estabelecida antes da divulgação de qualquer ato administrativo.
- **E** A transparência é um requisito fundamental para a *accountability*, pois a falta de acesso a informações relevantes impede que os agentes públicos sejam efetivamente responsabilizados por suas ações e decisões.

Espaço livre

Questão 38

Imagine o Brasil como uma grande "orquestra", onde diversos grupos de interesse — ambientalistas, agronegócio, comunidades indígenas, cientistas, setores industriais — representassem instrumentos que devem contribuir para uma "melodia" coletiva. Em tese, os cidadãos devem ter o direito de formular e expressar livremente suas preferências, e o governo, por sua vez, deve considerar as preferências dos cidadãos igualmente.

Internet: <theconversation.com> (com adaptações).

Sabendo que governar demanda, entre outros aspectos, a intermediação de interesses de grupos diversos, assim como requer governança, julgue os próximos itens, relativos a governança, governabilidade e intermediação de interesses.

I Governabilidade consiste na capacidade política e na legitimidade de um governo para exercer o poder e tomar decisões, sendo frequentemente relacionada à estabilidade do regime, à confiança dos cidadãos e à capacidade de o sistema processar demandas.

II A governança restringe-se à dimensão burocrática e gerencial da administração pública, visando à otimização interna de recursos e processos, sem incluir as relações externas com a sociedade.

III O corporativismo é inerente à intermediação de interesses em sistemas políticos que buscam a subversão total do capitalismo e promovem conflitos abertos.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas o item I está certo.
- **B** Apenas o item II está certo.
- **C** Apenas os itens I e III estão certos.
- **D** Apenas os itens II e III estão certos.
- **E** Todos os itens estão certos.

Texto CG1A8

O processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. O primeiro envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a exploração e o desenho de um plano possível para a ação. A noção de definição é importante por se tratar de um processo, ou seja, um conjunto de elementos interligados e relacionados entre si – e não um evento único ou aleatório – que é construído ao longo da formulação. Tanto a agenda quanto as alternativas são definidas, isto é, determinadas em termos de suas características distintivas, em uma complexa combinação de instituições e atores, envolvendo elementos técnicos e políticos.

Internet: <repositorio.enap.gov.br> (com adaptações).

Questão 39

No contexto do assunto tratado no texto CG1A8, a função predominante do elemento gravidade na definição de problemas públicos no processo de produção de políticas públicas é

- **A** focar a identificação das causas primárias para neutralizar o problema, sem qualquer intenção de atribuição de responsabilidades.
- **B** estabelecer narrativas de desastres iminentes para capturar a atenção dos atores centrais no processo de formulação dessas políticas.
- **C** descrever quem é afetado e em que extensão, sendo essa função percebida com menor severidade em situações que se deterioram lentamente ao longo do tempo.
- **D** atrair a atenção para situações não usuais ou sem precedentes, uma vez que problemas já conhecidos ou rotineiros tendem a ser percebidos como de menor importância.
- **E** perceber situações vivenciadas pelas pessoas e que, diretamente relacionadas a sua realidade, afetam diretamente seus interesses.

Questão 40

No contexto da formulação de políticas públicas, assunto do texto CG1A8, o objetivo fundamental da avaliação executiva no contexto das linhas de avaliação de políticas públicas consiste em

- **A** fornecer uma abordagem prática e rápida para a identificação do elemento ou processo da cadeia de valor da política no qual haja maior chance de ocorrerem aprimoramentos.
- **B** realizar a análise crítica do modelo lógico e identificar falhas e erros no desenho da política, após o início de seu funcionamento.
- **C** determinar a soma do custo contábil e do custo de oportunidade para confrontar os gastos orçamentários com outras utilizações alternativas dos recursos.
- **D** identificar se a execução das políticas públicas está ocorrendo conforme os normativos existentes, observada a entrega de produtos para o público elegível.
- **E** analisar estruturas, funções e processos organizacionais para garantir que as ações planejadas atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (AFO)

Questão 41

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados e a sua destinação a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do governo para a sociedade.

Internet: <gov.br> (com adaptações).

No âmbito do orçamento público no Brasil, o plano de trabalho

- **A** é documento restrito à execução de despesas financeiras e à contabilização de receitas vinculadas, sem relação direta com as metas físicas ou produtos das ações governamentais.
- **B** é, nos estados, um documento interno elaborado pela assembleia legislativa, servindo para definir a distribuição setorial das receitas estaduais e das emendas parlamentares coletivas, desvinculado das ações do plano plurianual (PPA).
- **C** é o documento que define a estrutura e organiza, qualitativa e quantitativamente, a programação orçamentária federal, respondendo às perguntas "o que será feito?", "por quem será feito?", "como será feito?", "para que será feito?" e "quanto custará?", e integra programas, ações, produtos, metas físicas e financeiras.
- **D** é o documento aprovado, no âmbito estadual, por meio de decreto do governador e serve apenas como instrumento de acompanhamento das metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), sem integração com a lei orçamentária anual (LOA).
- **E** é elaborado exclusivamente pelo Congresso Nacional durante a tramitação do projeto de lei orçamentária e tem por objetivo corrigir eventuais inconsistências do plano plurianual (PPA), sendo parte do processo legislativo orçamentário.

Questão 42

Alterações orçamentárias são modificações na lei orçamentária anual (LOA) com vistas a adaptar o planejamento inicial às necessidades e realidades fiscais e de gestão durante o exercício financeiro.

Assinale a opção correta acerca das alterações orçamentárias permitidas ao Congresso Nacional durante a tramitação da LOA.

- **A** As emendas da LOA podem alterar as metas fiscais da LDO, desde que apresentem impacto financeiro positivo estimado para o exercício seguinte.
- **B** As emendas do relator destinadas a ajustes técnicos são dispensadas das indicações de recursos, mas devem assegurar a transparência e a rastreabilidade da despesa pública, em conformidade com os critérios de acompanhamento e execução do orçamento público.
- **C** A descentralização orçamentária e financeira consiste na transferência definitiva de créditos e recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração pública, caracterizando nova dotação orçamentária no órgão recebedor.
- **D** As emendas podem criar novas despesas, ainda que não haja indicação da respectiva fonte de custeio, desde que apresentem relevância social e compatibilidade com o PPA.
- **E** As emendas devem indicar os recursos necessários para sua aprovação, provenientes de anulação de despesa, sendo vedado o cancelamento de dotações relativas a pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e transferências constitucionais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Questão 43

Compreende-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ordenou as ações da administração pública brasileira e que, com a aplicação da Lei n.º 10.028/2000, foi incluída uma série de sanções para os gestores das finanças públicas que as conduzirem de maneira fraudulenta e irresponsável. A aplicação da Lei n.º 10.028/2000 deve ser uma ferramenta de ordenação e orientação para os gestores das finanças públicas em vez de se constituir num mandamento meramente punitivo aos administradores públicos.

Daniel Gerhard Batista, Márcio Francisco da Silva e Rosangela Gomes da Silva. **Leis dos crimes contra finanças públicas** — a auditoria como ferramenta de controle e avaliação para aprimorar a gestão pública. *In*: **Revista Mineira de Contabilidade**, 2008, p. 6-10 (com adaptações).

Com base na Lei n.º 10.028/2000, que dispõe sobre as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, assinale a opção correta.

- **A** Configura infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar o relatório de gestão fiscal nos prazos e nas condições estabelecidos em lei, sujeitando-se o agente a multa de 30% de seus vencimentos anuais.
- **B** Constitui infração administrativa deixar de ordenar, de autorizar ou de efetuar o pagamento integral de restos a pagar processados, ainda que não haja disponibilidade financeira suficiente, sendo aplicável ao agente a sanção de perda do cargo público e inabilitação para exercê-lo por até cinco anos.
- **C** A infração administrativa de deixar de prestar contas da aplicação de recursos transferidos mediante convênio ou instrumento congênere é tipificada como crime de responsabilidade.
- **D** O ato de ordenar, autorizar ou realizar despesa não autorizada em lei constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas, ficando o agente público que lhe der causa sujeito a multa de 30% dos seus vencimentos anuais.
- **E** A infração administrativa de deixar de publicar ou de enviar aos órgãos competentes, no prazo legal, os relatórios exigidos pela LRF é punida com multa de até 50% dos vencimentos anuais do agente.

Questão 44

Em nosso dia a dia, categorizar as despesas é uma boa forma de tomar consciência dos gastos da família. Há várias formas de classificar as despesas no âmbito familiar: podemos organizar as despesas em muitas categorias pequenas, visando detalhar e analisar de perto cada gasto; e depois agrupá-las em poucas categorias maiores, para ter uma visão mais geral do orçamento.

Do mesmo modo, o governo também faz uso de diversas classificações de despesas para alocar os recursos públicos. O orçamento público é estruturado de modo a agrupar as despesas segundo determinados critérios, definidos com o objetivo de atender às necessidades sociais.

Internet: <https://repositorio.enap.gov.br> (com adaptações).

Acerca da classificação e dos estágios da despesa pública, bem como de suas formas de registro contábil e de seus regimes, assinale a opção correta.

- **A** As despesas classificadas na categoria econômica de despesas de capital são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital, a exemplo das transferências de capital e das inversões financeiras.
- **B** A despesa orçamentária que não tenha sido processada (fase de liquidação) até 31 de dezembro, mas para a qual tenha havido o devido empenho, deve ser inscrita em restos a pagar não processados e, posteriormente, reclassificada como despesas de exercícios anteriores, no exercício seguinte.
- **C** Por ser de natureza permanente, a dívida flutuante compreende os compromissos de longo prazo e as obrigações a pagar do ente público, como precatórios, empenhos não liquidados e operações de crédito de resgate superior a doze meses.
- **D** O estágio do empenho da despesa pública consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e corresponde ao momento em que a dívida se torna líquida.
- **E** As despesas de exercícios anteriores (DEA) são as que se referem a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro correspondente, exigindo-se o cancelamento de restos a pagar com prescrição da dívida ou a reemissão do empenho para seu pagamento.

Questão 45

O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios.

Internet: <tesourotransparente.gov.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta em relação às transferências voluntárias entre entes da Federação.

- **A** A comprovação da adimplência do ente federativo para fins de recebimento de transferências voluntárias restringe-se à regularidade na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da União, dispensada a comprovação da instituição e arrecadação dos tributos de sua competência.
- **B** A entrega de recursos correntes por um ente da Federação a outro, a título de assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal é considerada transferência voluntária, nos termos da LRF.
- **C** O instrumento de formalização de uma transferência voluntária deve necessariamente prever contrapartida financeira do ente beneficiário, sendo vedada a previsão de contrapartida exclusivamente em bens ou serviços.
- **D** A LDO federal pode dispensar o ente beneficiário de apresentar o cumprimento das exigências da LRF e o certificado de adimplência, desde que os recursos sejam destinados a ações sociais ou de combate a calamidade pública.
- **E** O ente que exceder os limites da despesa total com pessoal, conforme apurado ao final de cada quadrimestre, estará impedido de receber transferências voluntárias, exceto se a aplicação dos recursos for destinada à realização de obras de infraestrutura social e urbana.

Questão 46

No ano 2000, foi editada a Lei Complementar n.º 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), que estabeleceu uma série de regras gerais para controle dos gastos públicos no âmbito dos entes federativos. Desde a edição da LRF até agosto de 2016, tramitaram na Câmara dos Deputados 305 projetos de lei complementar, tanto do Poder Executivo quanto dos parlamentares, que propunham alterações na referida norma.

Sócrates Arantes Teixeira Filho. **Alterações à Lei de Responsabilidade Fiscal**: o comportamento dos agentes políticos na Câmara dos Deputados. *In*: **Revista Estudos Institucionais**, v. 4, 1, 2018, p. 417-458 (com adaptações).

Tendo por fundamento as disposições da LRF, incluídas suas alterações, assinale a opção correta.

- **A** A transparência da gestão fiscal foi ampliada, com a obrigação de divulgação em meios eletrônicos de informações sobre execução orçamentária e financeira em formato aberto, o que permite rastreabilidade e interoperabilidade entre diferentes esferas de governo.
- **B** Os relatórios de acompanhamento fiscal foram substituídos por demonstrativos de sustentabilidade com periodicidade reduzida e divulgação facultativa pelos entes federativos.
- **C** O princípio da publicidade foi relativizado, o que tornou o acesso a informações fiscais condicionado à solicitação prévia dos cidadãos mediante regulamentação própria de cada ente.
- **D** A estrutura do planejamento governamental admite que os instrumentos orçamentários sejam elaborados de forma independente, sem necessidade de compatibilização entre planos, diretrizes e orçamentos anuais.
- **E** As recentes alterações relativas à LDO permitem que as diretrizes orçamentárias sejam simplificadas para conter apenas metas de curto prazo, desvinculando-se da programação fiscal de médio e longo prazos.

Questão 47

Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação, saneamento etc. Para poder fazer isso, o governo precisa arrecadar dinheiro, e faz isso de diversas maneiras. Essa arrecadação vem de impostos, de aluguéis e venda de bens, prestação de alguns serviços, venda de títulos do tesouro nacional, recebimento de indenizações.

Internet: <portaldatransparencia.gov.br> (com adaptações).

Acerca das receitas públicas, assinale a opção correta.

- **A** A ausência de previsão formal de determinada receita na LOA não afasta seu caráter orçamentário, desde que haja ingresso financeiro que represente disponibilidade de recursos, excetuadas as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO).
- **B** As operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) classificam-se como receitas orçamentárias de capital, pois ingressam no exercício financeiro e ampliam o patrimônio público, ainda que possuam caráter temporário.
- **C** A arrecadação corresponde à etapa em que os valores pagos pelos contribuintes são transferidos à Conta Única do Tesouro, momento em que se tornam disponíveis para a execução da despesa.
- **D** A classificação da receita por esfera orçamentária possui finalidade meramente informativa, não interferindo na alocação, na vinculação nem na execução dos recursos arrecadados.
- **E** A classificação da receita orçamentária por natureza tem aplicação obrigatória apenas no âmbito da União, sendo facultado aos demais entes federativos adotar estrutura classificatória diversa.

Questão 48

O orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades.

Internet: <bibliotecadigital.enap.gov.br> (com adaptações).

Com base nos conceitos de orçamento público, nas técnicas orçamentárias contemporâneas e nos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- **A** A anualidade orçamentária impede juridicamente a execução de quaisquer ações iniciadas em um exercício e concluídas no exercício seguinte, mesmo quando se tratar de investimentos cuja execução se prolongue por mais de um ano.
- **B** O orçamento-programa vincula objetivos, metas e indicadores à alocação dos recursos, expressando simultaneamente a dimensão político-jurídica do orçamento e sua dimensão econômico-administrativa.
- **C** A técnica orçamentária do orçamento de desempenho dispensa a identificação prévia de unidades responsáveis pela execução física das ações, pois a ênfase recai sobre a mensuração de resultados financeiros e não sobre os resultados operacionais.
- **D** O princípio da universalidade admite exceções para as receitas extraorçamentárias, desde que tais ingressos sejam previstos na LOA, ainda que não integrem o ciclo orçamentário formal.
- **E** Por sua centralidade na classificação funcional-programática, o orçamento tradicional continua sendo adotado como técnica dominante no Brasil, estruturado em funções e subfunções.

Questão 49

As leis orçamentárias favorecem a transparência e o controle dos recursos públicos, não apenas porque veiculam os valores de despesas e receitas públicas, mas também porque nessas leis estarão evidenciadas as prioridades e metas, bem como estarão definidos os objetivos do governo.

Internet: <ibefes.org.br> (com adaptações).

Considerando as disposições constitucionais e legais referentes à LDO, à LOA, ao orçamento fiscal e ao orçamento da seguridade social, assinale a opção correta.

- **A** A aprovação da LDO dispensa a inclusão de demonstrativos regionais ou setoriais na LOA, que são inerentes ao PPA, cujo escopo é exclusivamente estratégico e de médio prazo.
- **B** O orçamento fiscal compreende apenas as receitas e despesas dos Poderes da União e das entidades da administração pública direta, não abrangendo as de autarquias e fundações, que devem constar exclusivamente do orçamento da seguridade social.
- **C** O texto constitucional determina que o orçamento da seguridade social integre a LOA e seja elaborado de forma articulada com a LDO, a qual deve estabelecer diretrizes específicas para as prioridades e metas fiscais e sociais, incluindo saúde, previdência e assistência social.
- **D** A LDO tem por função exclusiva orientar a elaboração da LOA, não influenciando diretamente o orçamento fiscal nem o orçamento da seguridade social, que são tratados apenas no PPA.
- **E** A LOA deve conter o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais dependentes e o orçamento da seguridade social, sendo facultativa a consolidação das despesas referentes à seguridade, desde que apresentadas em demonstrativo complementar.

Questão 50

A estrutura programática do orçamento público organiza as despesas em programas, ações (projetos, atividades, operações especiais) e subtítulos, identificando o que será feito (políticas públicas) e os resultados esperados (bens/serviços), conectando o planejamento à execução orçamentária, com o objetivo de demonstrar a efetividade dos gastos e permitir o controle e a transparência.

Com base na estrutura programática do orçamento público brasileiro e nos mecanismos de créditos ordinários e adicionais previstos na legislação orçamentária, assinale a opção correta.

- **A** A estrutura programática organiza-se em programas e subprogramas, sendo estes de caráter opcional; a classificação de ações em atividades e projetos é meramente gerencial e não possui relevância jurídica nem interfere na execução orçamentária.
- **B** A abertura de créditos extraordinários depende de autorização legislativa prévia na LOA, que, por sua natureza, deve observar rigorosamente o princípio da exclusividade e estar vinculada à autorização anual do parlamento.
- **C** Por se destinarem a despesas para as quais não exista dotação específica, os créditos especiais só podem ser autorizados por lei complementar, e sua vigência se encerra automaticamente no exercício em que forem abertos, sendo vedada sua reabertura no exercício subsequente.
- **D** Os créditos suplementares destinam-se à criação de novas dotações que não tenham sido previstas na LOA, razão por que dependem sempre de aprovação por lei específica e nunca podem ser autorizados de forma genérica na própria lei orçamentária.
- **E** Na estrutura programática, os programas constituem o nível mais elevado de agregação e orientam o planejamento governamental, ao passo que ações e subtítulos representam níveis de desdobramento, permitindo a identificação territorial e operacional do gasto público.

NOÇÕES DE ECONOMIA E NOÇÕES DE FINANÇAS PÚBLICAS

Questão 51

No país X, o imposto sobre a renda é cobrado apenas dos indivíduos que recebem salários mensais acima de $ 4.000. A partir de janeiro de 2026, uma nova lei mudou a regra, de modo que indivíduos cujos salários sejam de até $ 7.000 mensais estarão isentos do imposto sobre a renda.

A política econômica descrita no texto precedente é um exemplo de política

- **A** monetária contracionista.
- **B** monetária expansionista.
- **C** fiscal contracionista.
- **D** cambial.
- **E** fiscal expansionista.

Questão 52

Um dos maiores avanços nas finanças públicas brasileiras veio com a Lei Complementar n.º 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assinale a opção em que é indicada uma das mudanças introduzidas pela LRF para as finanças públicas.

- **A** criação das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)
- **B** limitação dos gastos da União com pessoal a até 50% da receita corrente líquida
- **C** proibição da emissão de títulos públicos por estados e municípios
- **D** criação da lei de diretrizes orçamentárias (LDO)
- **E** estabelecimento do Banco Central do Brasil como autoridade monetária

Questão 53

Importante plano para possibilitar o crescimento econômico havido nos anos seguintes à sua formulação, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964,

I criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), para facilitar a aquisição da casa própria.
II proibiu a entrada de capital estrangeiro no Brasil, visando a incentivar o crescimento com base em recursos privados e estatais nacionais.
III criou estatais como a TELEBRAS e a INFRAERO, para ampliar a infraestrutura de comunicações e transporte.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas o item II está certo.
- **B** Apenas o item III está certo.
- **C** Apenas os itens I e II estão certos.
- **D** Apenas os itens I e III estão certos.
- **E** Todos os itens estão certos.

Questão 54

A competência de cobrança dos diversos impostos no Brasil é dividida entre União, estados e municípios, acumulando o Distrito Federal as competências de estados e municípios, devido à sua natureza *sui generis*. Assinale a opção em que são apresentados, respectivamente, um imposto de competência da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.

- **A** imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)
- **B** imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza (IRPF), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre produção industrial (IPI)
- **C** imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
- **D** imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
- **E** imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)

Questão 55

O balanço de pagamentos é o resumo de todas as transações comerciais e financeiras ocorridas entre o Brasil e o resto do mundo no decorrer de um ano. João, cidadão brasileiro residente no Brasil, comprou um livro físico em uma livraria europeia, pagando pelo frete (que foi contratado com uma transportadora europeia, incluída uma taxa de entrega rápida), usando seu cartão de crédito emitido no Brasil. Dessa transação, constará na balança comercial do Brasil

- **A** o valor total da transação constante da fatura do cartão de crédito.
- **B** o valor correspondente à soma do preço do livro e do frete, excluída a taxa de entrega rápida.
- **C** o valor do IOF correspondente à transação registrada na fatura do cartão de crédito.
- **D** o valor correspondente ao preço do livro.
- **E** o valor do frete e da taxa de entrega rápida embutida nesse frete.

Texto CG1A11-I

Finanças públicas, tributação e desenvolvimento formam um tripé essencial: o governo arrecada recursos (tributação) e administra esses fundos (finanças públicas, via orçamento, gastos e dívida) para prover bens e serviços, visando promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, em tempos ditos normais, mas também em tempos de crise, como se viu, por exemplo, durante a pandemia de covid-19.

OCDE (com adaptações).

Questão 56

O texto CG1A11-I mostra a importância e a relação entre tributação e finanças públicas. Em relação a esse assunto, é correto afirmar que, em termos conceituais, o campo das finanças públicas é adequadamente definido, na atualidade, como o estudo

- **A** da atividade financeira do Estado e demais entes do setor público, abrangendo a forma como arrecadam, gerem e aplicam recursos, visando atender necessidades coletivas, promover bem-estar social e garantir sustentabilidade fiscal.
- **B** da contabilidade de empresas estatais que atuam em regime de concorrência, buscando maximizar lucros e dividendos ao Tesouro Nacional.
- **C** da elaboração das leis orçamentárias apenas, que são entendidas como peças formais de previsão de receitas e fixação de despesas, independentemente dos objetivos econômicos e sociais.
- **D** exclusivamente dos mecanismos de endividamento do setor público, com foco no mercado de títulos e no custo médio da dívida pública.
- **E** dos instrumentos de política monetária e cambial empregados pelo Banco Central do Brasil para controlar a inflação e o produto interno bruto.

Questão 57

Considerando as informações do texto CG1A11-I, assinale a opção em que é apresentada formulação sintética e tecnicamente adequada das metas fundamentais das finanças públicas de um Estado, segundo a concepção contemporânea.

- **A** maximizar a arrecadação de tributos sobre o consumo como forma predominante de financiamento
- **B** garantir lucro fiscal em todos os exercícios, mediante superávits nominais permanentes
- **C** minimizar a carga tributária, restringindo as despesas ao mínimo necessário para custear a própria máquina do Estado
- **D** compatibilizar a solvência intertemporal do setor público com a provisão eficiente de bens e serviços públicos, a promoção de maior equidade distributiva e a estabilidade macroeconômica
- **E** assegurar a estabilidade da dívida pública, mesmo que isso implique renunciar ao papel redistributivo e alocativo do Estado

Questão 58

As informações apresentadas no texto CG1A11-I relacionam-se a múltiplos aspectos, como resultado primário e nominal e dívida pública. De acordo com a metodologia usual de estatísticas fiscais brasileiras, o resultado primário e o resultado nominal podem ser entendidos, respectivamente, como

- **A** a diferença entre receitas e despesas não financeiras, excluídos juros nominais, sendo indicador do esforço fiscal corrente; e um conceito que incorpora os juros nominais da dívida e outros ajustes financeiros.
- **B** a diferença entre receitas totais e despesas totais, incluídos os juros nominais; e a diferença entre receitas primárias e despesas primárias, excluídos juros e variações cambiais.
- **C** a variação da dívida bruta do governo federal; e a variação da dívida líquida do setor público; ambos apurados sem qualquer relação com receitas e despesas orçamentárias.
- **D** o saldo operacional ajustado pela inflação; e o saldo operacional sem ajuste pela inflação
- **E** a diferença entre receitas tributárias e receitas financeiras; e a diferença entre despesas com capital e despesas correntes.

Texto CG1A11-II

Um dos principais deveres de cidadania é o de contribuir para o financiamento das atividades de interesse da coletividade. Esse dever se relaciona ao pagamento de tributos, que asseguram recursos necessários à aplicação das leis, à manutenção das instituições e à promoção do desenvolvimento social. O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o pagamento de tributos que viabiliza todos os bens e serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias. Onde há investimento público, portanto, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais de alta complexidade, da educação básica à universidade pública, das viaturas aos equipamentos das polícias civil e militar, das obras viárias aos investimentos em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

Internet: <www.sefaz.ba.gov.br> (com adaptações).

Questão 59

A partir do texto CG1A11-II, assinale a opção correta acerca dos critérios de classificação das espécies de tributos à luz da legislação tributária nacional e da doutrina de referência.

- **A** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador, sendo irrelevantes a denominação e a destinação do produto arrecadado; os tributos são classificados em impostos, taxas e contribuições de melhoria, e a Constituição Federal de 1988 (CF) ampliou o rol de espécies tributárias ao incluir, entre elas, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.
- **B** A doutrina reconhece que a classificação em cinco espécies tributárias (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios) decorre do disposto na legislação infraconstitucional.
- **C** O critério adotado na legislação tributária para distinguir tributos é exclusivamente político: tributos instituídos pela União são impostos, pelos estados são taxas, e pelos municípios são contribuições de melhoria.
- **D** A legislação tributária infraconstitucional adota como critério a destinação do produto da arrecadação: se o tributo financia atividade geral do Estado, é imposto; se financia serviço específico, é taxa; se financia obra que beneficia determinado grupo, é contribuição de melhoria.
- **E** Ao tratar de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios, a Constituição Federal de 1988 (CF) utiliza a natureza do fato gerador como critério, ao passo que a legislação infraconstitucional prestigia a denominação que o legislador atribuir ao tributo.

Questão 60

Considerando as informações do texto CG1A11-II como referência inicial, assinale a opção correta no que diz respeito a tributação progressiva, regressividade e capacidade contributiva no sistema brasileiro.

- **A** A CF exige estrita proporcionalidade em todos os impostos, vedando expressamente a progressividade, por considerá-la incompatível com a simplicidade e a neutralidade tributárias.
- **B** A progressividade é princípio que se aplica a todos os tributos, inclusive a taxas e contribuições, devendo qualquer espécie tributária ter alíquotas crescentes conforme a renda do contribuinte.
- **C** Na CF, as previsões de progressividade para o IR, IPTU e ITR amparam-se no princípio do respeito à capacidade contributiva.
- **D** Por serem impostos reais, a cobrança de IPTU e de ITR não pode, sob nenhum fundamento, embasar-se em alíquotas progressivas, sob o risco de violar o princípio da capacidade contributiva, que só se compatibiliza com impostos pessoais, como o imposto de renda, razão por que a jurisprudência do STF tem declarado inconstitucional qualquer forma de progressividade nesses tributos.
- **E** A CF enuncia apenas a capacidade contributiva, não prevendo progressividade e recessividade das alíquotas dos tributos.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Texto CG1A12-I

Em 2006, Clive Humby cunhou a frase "Dados são o novo petróleo", traçando analogias com a revolução que o petróleo proporcionou à indústria e com o fato de que muitos dos desafios relacionados ao petróleo se colocam em relação aos dados: processo de refino, construção de subprodutos e destilação para torná-los úteis.

Internet: <sheffield.ac.uk> (tradução livre com adaptações).

QUESTÃO 61

Considerando os desafios mencionados no texto CG1A12-I, assinale a opção que apresenta o objetivo da etapa de junção do ETL em *business intelligence*.

- **A** a aplicação de regras de negócios aos dados para o cálculo de novos valores com base em valores existentes
- **B** a divisão de um atributo de dados em diversas colunas no sistema de destino
- **C** a melhora da qualidade dos dados pela redução de um grande número de valores de dados em um conjunto de dados menor
- **D** a vinculação de dados semelhantes de diferentes fontes de dados
- **E** a proteção de dados confidenciais para o cumprimento das leis de dados ou para a privacidade de dados por meio do adicionamento de encriptação

QUESTÃO 62

Considerando o contexto mencionado no texto CG1A12-I e os significados de dado, informação e conhecimento, além de termos correlatos, e suas diferenças, assinale a opção que apresenta corretamente o conceito relacionado à aplicação para a resolução de problemas.

- **A** dado
- **B** informação
- **C** síntese
- **D** conhecimento
- **E** contexto

QUESTÃO 63

No contexto apresentado pelo texto CG1A12-I, uma ferramenta importante é o *analytics*. Em *analytics*, a análise preditiva é responsável por

- **A** prever o que provavelmente acontecerá e analisar as potenciais implicações de diferentes desdobramentos.
- **B** processar dados aprofundados e(ou) detalhados para o entendimento do motivo de algo ter acontecido.
- **C** avaliar as potenciais implicações de diferentes escolhas e recomendar o melhor plano de ação.
- **D** utilizar dados históricos para fazer previsões precisas sobre tendências futuras.
- **E** coletar dados para o entendimento do que aconteceu ou do que está acontecendo no ambiente de dados.

QUESTÃO 64

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação busca descomplicar o conhecimento da informação pelos cidadãos, no que se refere à forma como os recursos públicos brasileiros são administrados, sendo uma forma de contribuir para a transparência e *accountability*.

Conforme previsão expressa da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), um dos objetivos do Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, é

- **A** proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas.
- **B** avaliar e credenciar os membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- **C** deliberar sobre a revisão dos aspectos de segurança pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- **D** garantir a segurança de informações sigilosas.
- **E** assegurar o cumprimento das normas internacionais de segurança relativas ao acesso a informação no âmbito do Poder Executivo.

QUESTÃO 65

Considere que determinado usuário do Microsoft Excel saiba que, por meio da fixação de células, é possível fazer referências absolutas em células. Nessa situação, para fixar a coluna da célula A1 em fórmulas que a referenciam, o referido usuário poderá utilizar o comando

- **A** $A1.
- **B** A1.
- **C** A1$.
- **D** A1.
- **E** A$1.

QUESTÃO 66

Data warehouses são focados em dados estruturados e alguns tipos de dados não estruturados, que precisam ser pré-processados antes de ser disponibilizados aos usuários finais. No contexto atual, em que se pode dizer que há um oceano de informações, o processamento de dados é essencial, para os mais diversos fins.

O servidor OLAP, onde é executado o processo analítico em um *data warehouse*, fica na camada

- **A** de interface.
- **B** superior.
- **C** de armazenamento.
- **D** inferior.
- **E** intermediária.

QUESTÃO 67

Caso um usuário deseje acionar a instância de inteligência artificial do Windows 11, ele pode fazê-lo por meio do assistente conhecido como

- **A** Producer.
- **B** Siri.
- **C** Gemini.
- **D** Copilot.
- **E** Authentic.

Texto CG1A12-II

A Lei Geral de Proteção de Dados tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Também tem como foco a criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes.

Internet: <www.mpf.mp.br> (com adaptações).

QUESTÃO 68

Segundo a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), mencionada no texto CG1A12-II, o responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais é

- **A** o titular.
- **B** o controlador.
- **C** a autoridade nacional.
- **D** o operador.
- **E** o encarregado.

QUESTÃO 69

No contexto mencionado no texto CG1A12-II, é imprescindível garantir a proteção dos dados contra acessos não autorizados. Assinale a opção que indica o processo de segurança da informação cujo objetivo é a referida garantia.

- **A** confidencialidade
- **B** integridade
- **C** disponibilidade
- **D** conformidade
- **E** autenticidade

QUESTÃO 70

A corrida global pela capacidade dos *data centers* entrou em uma nova fase. Segundo a Moody's Ratings, os investimentos ligados à expansão dessa infraestrutura devem somar pelo menos US$ 3 trilhões (R$ 16,11 trilhões) nos próximos cinco anos em todo o mundo. O movimento é impulsionado pela explosão de inteligência artificial, pela computação em nuvem e pela digitalização de serviços em escala global.

Internet: <forbes.com.br> (com adaptações).

Na arquitetura IaaS (infraestrutura como serviço) da computação em nuvem, os recursos gerenciados pelo provedor são

- **A** dados e sistema operacional.
- **B** aplicação e dados.
- **C** sistema operacional e servidor.
- **D** armazenamento e aplicação.
- **E** servidor e armazenamento.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

Questão 71

A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Internet: <https://repositorio.enap.gov.br> (com adaptações).

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o

- **A** patrimônio público.
- **B** resultado orçamentário do ente público.
- **C** registro contábil do ente público.
- **D** plano de contas do setor público.
- **E** orçamento público.

Texto 3A1-I

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 11.ª edição.

Questão 72

Tendo em vista o pressuposto estabelecido no texto 3A1-I, que reproduz trecho do MCASP, é correto afirmar que a variação patrimonial diminutiva (VPD) é realizada quando

- **A** da investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes a outra entidade, ou da fruição de serviços por esta prestados.
- **B** um passivo é extinto sem a correspondente redução do ativo.
- **C** deixar de existir o correspondente valor de um ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
- **D** terceiros, em transações com a entidade, efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de fazê-lo.
- **E** um novo ativo é gerado naturalmente, sem a intervenção de um terceiro.

Questão 73

Ainda tendo como referência inicial o texto 3A1-I, julgue os itens que se seguem, relativos às variações patrimoniais.

I Por implicarem custo financeiro, os recursos ingressos no caixa do ente público em razão da contratação de uma operação de crédito constituem uma variação patrimonial quantitativa.
II Ocorre uma variação patrimonial qualitativa quando a variação patrimonial aumentativa (VPA) ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária.
III Resultado patrimonial é a diferença entre os montantes das VPA e VPD, sendo superavitário quando a VPA é inferior à VPD.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 74

Um sistema de informação foi desenvolvido por determinado ente público, tendo o seu valor sido registrado na contabilidade desse ente após cumpridos todos os requisitos normativos para tal. Pelas características do bem, não foi possível estimar o seu prazo de vida útil, ainda que, seguramente, ele não será utilizado para sempre.

Nessa situação hipotética, a perda de valor desse ativo intangível será reconhecida por meio

A da depreciação e avaliação de valor recuperável.
B de amortização, apenas.
C de avaliação de valor recuperável, apenas.
D da exaustão e avaliação de valor recuperável.
E da amortização e avaliação de valor recuperável.

Questão 75

A vida útil de um equipamento adquirido por um ente público foi estimada em 60 meses, período após o qual ele deveria ser descartado como sucata. Três meses após a aquisição, o equipamento foi colocado em condições de uso, mas, por razões de conveniência do serviço, o uso efetivo do equipamento só ocorreu seis meses após sua aquisição.

Nessa situação hipotética, sabendo-se que o equipamento foi adquirido por R$ 120 mil, seu valor contábil líquido, passados 24 meses de sua aquisição, descartado qualquer ajuste a valor realizável, seria de

A R$ 36 mil.
B R$ 48 mil.
C R$ 72 mil.
D R$ 78 mil.
E R$ 84 mil.

Questão 76

Servidor da secretaria de fazenda (SEFA), Paulo, contador, consultou Fábio, também contador na SEFA, para esclarecer se determinado passivo constitui uma provisão.

Nessa situação hipotética, é correto que Fábio informe que as provisões, diferentemente dos demais passivos,

A apresentam incerteza quanto ao prazo ou valor.
B ocorrem com regularidade.
C são ajustes de valores contábeis.
D têm alta previsibilidade.
E somam montante pouco expressivo.

Questão 77

Em seu art. 50, a Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina: "§ 3.º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.".

Conforme expressamente previsto na LRF, normas relativas ao controle de custos devem estar previstas

A em lei ordinária específica.
B na lei de diretrizes orçamentárias.
C no plano plurianual.
D na Constituição Federal.
E na lei orçamentária anual.

Questão 78

A qualidade da informação contábil tem sido discutida com muita intensidade quanto à utilidade informacional nos processos de tomada de decisão e de controle no âmbito das organizações administrativas. Essas discussões revelam a importância da contabilidade como mecanismo construtor de informação organizacional.

Ricardo Henrique Miranda de Araújo e Antônio André Cunha Callado. **Características qualitativas da informação contábil**: a percepção de profissionais de controle interno do setor público. *In*: *Improving the usefulness of accounting research*. São Paulo, 26 a 28 de julho de 2017.

A característica qualitativa da informação contábil de custos que justifica que bens abaixo de determinado valor possam ser imediatamente reconhecidos como custo do período, em lugar de serem sujeitos a controles mais complexos, é a

A relevância.
B verificabilidade.
C materialidade.
D representação fidedigna.
E compreensibilidade.

Questão 79

Uma entidade que previu gastar R$10.000 em um insumo, mas gastou R$12.000, precisa investigar: o preço aumentou? Houve desperdício? Com as respostas, ações corretivas tornam-se possíveis.

Internet: <https://berryconsult.com> (com adaptações).

O custo que oscila de forma proporcional ao volume das atividades desenvolvidas denomina-se

A variável.
B indireto.
C controlável.
D fixo.
E direto.

Questão 80

Após recebimento e conferência de 300 computadores destinados a uma escola do município X, o responsável pelo setor de almoxarifado da prefeitura confrontou a nota fiscal da empresa com a nota de empenho previamente emitida, tendo verificado que a quantidade, a qualidade e o valor entregues estavam em total conformidade com a ordem de compra. O responsável pelo setor de almoxarifado, então, atestou, no verso da nota fiscal, que os computadores haviam sido entregues.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção em que é corretamente citada a etapa, ou estágio, da despesa pública a que o ato final do responsável pelo setor de almoxarifado (o atesto no verso da nota fiscal) se refere.

A fixação
B programação orçamentária e financeira
C empenho
D liquidação
E pagamento